

OBJETO: Credenciamento de jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora, para a veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no formato de 1/2 (meia) página, colorida, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital.

ENTREGA DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO:

Local: Divisão de Expediente da Câmara Municipal de Juiz de Fora -
Palácio Barbosa Lima, Rua Halfeld, nº 955, sala nº 103, centro, Juiz de
Fora – MG – CEP 36.016-000.
Dia: de 05/12/2011 até 23/12/2011
Horário: de 09h as 11h e de 13h as 17h

CONSULTA AO EDITAL: na *Internet*, através do site www.camarajf.mg.gov.br ou com a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal.

JUIZ DE FORA/MG
2011

SUMÁRIO

PREÂMBULO

1 – DA ÁREA SOLICITANTE

2 – DO OBJETO

3 – DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4 – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

7 – DO JUGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

8 – DO DESCRENCIAMENTO

9 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

10 – DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO II – DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DO VALOR DAS INSERÇÕES

ANEXO III – MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

ANEXO VII – MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, pela Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria nº 2.717, de 12 de abril de 2011, torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, fará realizar, pelo período de 15 dias úteis, prorrogável por igual período, contados da data de publicação do presente Edital, no Palácio Barbosa Lima, sede do Poder Legislativo de Juiz de Fora, sito na Rua Halfeld nº 955, centro, nesta cidade, o **CREDENCIAMENTO** de jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora, para a veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no formato de 1/2 (meia) página, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores, com o Ato da Mesa Diretora nº 137, de 02 de agosto de 2011 e com disposto no presente Edital.

1 – DA ÁREA SOLICITANTE

1.1 – Coordenadoria de Comunicação Social Câmara Municipal de Juiz de Fora.

2 – DO OBJETO

2.1 – Credenciamento de jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora, para a veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no formato de 1/2 (meia) página, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital.

2.2 – Da Especificação do Objeto

2.2.1 – Os jornais impressos devem ter circulação de, no mínimo, cinco dias na semana. 2.2.2 – Cada edição deve conter, no mínimo, cinco notícias de Juiz de Fora.

2.2.3 – Devem ser distribuídos em Juiz de Fora, gratuitamente ou não.

2.2.4 – A tiragem diária deve ser de, no mínimo, cinco mil exemplares.

2.2.5 – A publicidade deve ser inserida no caderno principal do jornal.

2.3 – A publicidade institucional deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia elaborado pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

2.4 – Constará no planejamento referido no item 2.3 deste Edital o número de inserções e dias das veiculações da publicidade institucional, especificados no contrato, após o credenciamento.

2.5 - Para a elaboração do planejamento referido no item 2.3, o jornal deverá apresentar junto com o pedido de credenciamento sua tabela oficial de preços e o comprovante de que o preço está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

3 – DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Na vigência deste ato convocatório a Câmara Municipal de Juiz de Fora receberá pedidos de credenciamento de jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora, conforme modelo que integra o ANEXO III, cuja observância às exigências constantes neste Edital, no Ato da Mesa Diretora nº 137/2011 e, no que couber na Lei Federal nº 8.666/93, é obrigatória por todas as interessadas.

3.2 – O pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, na forma especificada no **item 3.4**, e entregue no protocolo da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que funciona na Divisão de Expediente, na sala nº 103 do Palácio Barbosa Lima, sede do Poder Legislativo de Juiz de Fora, situado na Rua Halfeld, nº 955, centro, nesta cidade, ou remetidos para o mesmo endereço, pelo correio, com o devido aviso de recebimento – “AR”, de 05/12/2011 até 23/12/2011, no horário de 09h as 11h e de 13h as 17h.

3.3 – O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da proponente, devidamente datilografado ou digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação solicitados no **item 6** deste Edital:

a) dados da proponente: razão social, (e de fantasia, se houver), CNPJ, endereço, fone, fax, celular e e-mail;

b) declaração de que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução do serviço;

c) tabela de preços e comprovante de que o mesmo está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

3.4 - Os pedidos de credenciamentos e demais documentos exigidos neste Edital deverão ser entregues em envelopes **fechados e rubricados no fecho** e, de preferência, **opacos**, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
AOS CUIDADOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 02/2011
PROCESSO Nº 768/2011
PROPONENTE: _____.

3.5 – Será entregue à proponente um comprovante, para fins de protocolo, de recebimento do pedido de credenciamento.

3.6 – O pedido de credenciamento e os documentos de pré-qualificação apresentados de modo incompleto, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados ineptos e devolvidos às interessadas caso não seja possível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência deste Edital, depois de corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal.

3.7 – Nenhum envelope será recebido após o horário e dias marcados no **item 3.2** deste Edital.

3.8 – A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza pelos envelopes enviados pelo correio.

3.9 – As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os credenciados, devendo ser publicadas no órgão de publicação oficial do Poder Legislativo, sendo este o jornal Diário Regional.

3.10 – O Edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado por razões de ilegalidade, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.11 – A apresentação do pedido de credenciamento vincula a credenciada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste Edital e seus anexos.

3.12 – Para consulta e conhecimento dos interessados o Edital estará à disposição no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Juiz de Fora na Internet, no endereço <http://www.camarajf.mg.gov.br>.

3.13 – Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir dúvidas acerca do objeto deste Edital e seus anexos, por escrito, através do e-mail cpl@camarajf.mg.gov.br ou por meio de correspondência encaminhada para o endereço constante no preâmbulo deste Edital, ambas dirigidas à Comissão Permanente de Licitação, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento sob outra forma ou fora do prazo estipulado no item 3.2 deste Edital. A resposta será enviada ao interessado por e-mail ou correspondência.

3.14 – Não será fornecido Edital via fax ou Correio.

3.15 – A critério do Presidente da Câmara Municipal poderá ser encaminhado correspondência a jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora para que promovam o seu credenciamento.

4 – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 – Os serviços serão executados durante a vigência da contratação, a partir da data do recebimento, pela credenciada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

4.2 – As inserções da publicidade institucional serão distribuídas em número igualitário entre os jornais credenciados, totalizando, no mínimo, 03 (três) inserções, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Coordenadoria de Comunicação Social e pelo departamento responsável do jornal, após o credenciamento.

4.2.1 – A arte da publicidade institucional será fornecida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

4.3 – Os serviços serão executados mediante empreitada por preço unitário.

5 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta da dotação orçamentária nº 01.131.0026.2229.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO.

6.1 – Os jornais impressos interessados em promover o seu credenciamento junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora deverão apresentar juntamente com seu pedido de credenciamento os documentos a seguir elencados, por cópia autenticada ou em original, não sendo permitida a apresentação de protocolos em substituição às certidões solicitadas:

6.1.1 – Regularidade Jurídica:

6.1.1.1 – No caso de sociedades comerciais/ empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as alterações vigentes, devidamente registrados, acompanhado de todas as alterações, se houver.

6.1.1.2 – No caso de sociedade por ações, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações, se houver; bem como documentos de eleição de seus administradores.

6.1.1.3 – No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

6.1.1.4 – No caso de sociedades simples, ato constitutivo ou contrato social acompanhado da comprovação da diretoria em exercício e certidão expedida por órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo.

6.1.1.5 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.6 – Registro junto ao Ministério das Telecomunicações.

6.1.2 – Regularidade Fiscal:

6.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ).

6.1.2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e alvará de localização.

6.1.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais. As Certidões Negativas deverão ser do domicílio ou sede da empresa e estar dentro do prazo de validade.

6.1.2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.2.5 – Declaração (de acordo com o ANEXO VI) subscrita pelo representante legal da requerente de que atende ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, para fins de pré-qualificação ao credenciamento.

6.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

6.1.3.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da interessada, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, quando não constar expressamente do corpo da certidão, o prazo de validade da mesma.

6.1.3.2 – O certificado de registro cadastral (CRC), emitido por órgão ou entidade pública, substitui os documentos referentes à regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira quanto às informações

Disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta.

6.1.3.3 – A documentação de pré-qualificação deverá ser apresentada especificamente em nome da matriz ou em nome da filial que apresentou o pedido de credenciamento, não sendo aceita a documentação da matriz quando for a filial que apresentou o pedido e vice-versa.

6.1.3.4 – Documentos que não tenham a sua validade expressa ou legal serão considerados válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.1.3.5 - Os documentos solicitados neste Edital deverão estar em plena vigência na data de sua apresentação.

6.1.3.6 – Os documentos necessários à pré-qualificação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro integrante da Comissão Permanente de Licitação, devidamente identificado.

6.1.3.7 – A autenticação por Membro da Comissão Permanente de Licitação, de que trata este item, deverá ser realizada previamente à apresentação dos documentos de pré-qualificação, na sala nº 106 do Palácio Barbosa Lima, sede da Câmara Municipal de Juiz de Fora, situada na Rua Halfeld, nº 955, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36016-000, no horário de 09h as 11h e de 14h as 17h.

6.1.3.8 - É vedada fotocópia efetuada por fac-símile.

7 – DO JUGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.1 – Os jornais impressos que atenderem a todos os requisitos previstos neste Edital de Credenciamento serão julgados habilitados na pré-qualificação e, portanto, credenciados na Câmara Municipal de Juiz de Fora, pelo período até 31 de dezembro de 2011, encontrando-se aptas a serem convocadas para prestar os serviços aos quais se credenciou.

7.2 - O resultado da pré-qualificação será publicado no órgão de imprensa oficial do Poder Legislativo Municipal e divulgado no sítio eletrônico da Câmara Municipal na Internet, no endereço www.camarajf.mg.gov.br, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data prevista para o término da vigência deste Edital.

7.3 – O credenciamento não estabelece qualquer obrigação da Câmara Municipal em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou a Câmara Municipal poderá renunciar ao credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital, no Ato nº 137/2011 e na Lei nº 8.666/93, cujo deferimento, caso seja solicitado pela credenciada, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7.3.1 – A apresentação do pedido de descredenciamento não desincumbe a credenciada do cumprimento de obrigações firmadas em Contrato e que estejam em execução.

8 – DO DESCRENCIAMENTO

8.1 – Durante a vigência do credenciamento, a credenciada deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste Edital e seus anexos, no Ato nº 137/2011 e nos Contratos firmados com a Câmara Municipal, mantendo, inclusive, as condições de pré-qualificação.

8.2 – O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital e seus anexos, no Ato nº 137/2011 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, poderá acarretar as seguintes penalidades à credenciada, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, assim como as previstas na Minuta do Contrato, constante no ANEXO VIII:

I – advertência, por escrito;

II – suspensão temporária do seu credenciamento;

III - descredenciamento.

9 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Após publicação da homologação, dar-se-á início ao processo de contratação que será formalizado mediante instrumento de Contrato, com observância do disposto na Lei nº 8.666/93 e das condições previstas no Ato nº 137/2011 e neste Edital.

9.2 – A contratação da credenciada somente ocorrerá por vontade da Câmara Municipal de Juiz de Fora, desde que ela esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento.

9.3 - A credenciada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da convocação, deverá comparecer à Câmara Municipal de Juiz de Fora, cujo endereço consta no preâmbulo deste Edital, para assinatura do Contrato, nos moldes da minuta que compõe o ANEXO VIII.

9.4 – A recusa injustificada da credenciada em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido no item 9.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.5 – O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da credenciada e pelo Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

9.6 – A credenciada deverá indicar e manter preposto, aceito pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal, para representá-la na execução do Contrato.

9.7 – A contratação decorrente do credenciamento será publicada, em formato de extrato, no Órgão de Imprensa Oficial do Poder Legislativo Municipal.

10 – DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1 – Das decisões da Comissão Permanente de Licitação junto à Câmara Municipal que culminarem em indeferimento do pleito de credenciamento de qualquer proponente, poderá ser interposto recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do dia subsequente à intimação dos atos ao Presidente da Câmara Municipal, assegurando-se em qualquer instância o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo e forma da lei, manifestando-se previamente a Comissão Permanente de Licitação sobre o pleito recursal.

10.2 – A petição recursal devidamente fundamentada deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação e protocolada na Divisão de Expediente no endereço e horário informados no **item 3.2** deste Edital.

10.3 – Os recursos serão recebidos, analisados e julgados de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.4 – As impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na Divisão de Expediente, no endereço constante no **item 3.2** deste Edital, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da pré-qualificação para o credenciamento, no horário das 10 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, podendo qualquer cidadão, inclusive, solicitar esclarecimentos e requerer providências, mediante solicitação fundamentada dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que caberá decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis seguintes.

10.5 – A impugnação feita tempestivamente por jornal impresso interessado não o impedirá de participar, em querendo, da pré-qualificação até a decisão definitiva a ela pertinente.

10.6 – Sendo necessário o adiamento da data para o início da pré-qualificação (entrega dos documentos de habilitação) ou havendo necessidade de modificação no Edital, a Câmara Municipal de Juiz de Fora:

I – comunicará o fato aos interessados;

II – republicará o Edital escoimado dos eventuais vícios constatados, reabrindo o prazo para o início da pré-qualificação;

III – devolverá às credenciadas os documentos já entregues na Câmara Municipal, para eventuais alterações ou adaptações.

10.7 – Não serão conhecidas impugnações apresentadas por fax, por meio eletrônico ou vencido o prazo legal.

10.8 – Nenhuma indenização será devida aos Jornais Impressos pela elaboração e apresentação de documentação relativa ao presente Credenciamento, nem em relação às expectativas de contratação dela decorrentes.

10.9 – Caberá recurso, **com efeito suspensivo**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação no órgão de imprensa oficial do Poder Legislativo Municipal, nos casos de habilitação ou inabilitação do interessado na pré-qualificação.

10.9.1 – O recurso referido no item anterior será recebido no mesmo local da entrega da documentação do pedido de credenciamento e serão dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir ao Presidente desta Casa Legislativa, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

10.9.2 – O recurso interposto será comunicado aos demais credenciados, que poderão contra-arrazoá-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – As retificações do Edital por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações obrigarão a todos os credenciados e serão comunicadas por meio de entrega pessoal ou por meio de correio eletrônico.

11.2 – O Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora somente poderá revogar o procedimento de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.3 – Os interessados, ao participarem do Credenciamento, aceitam de forma integral e irretroatável todos os termos deste Edital e seus anexos, bem como as demais instruções que o integram.

11.4 – A Câmara Municipal de Juiz de Fora se reserva o direito de, a qualquer tempo, durante a vigência do Edital de Credenciamento, convocar, por chamamento público ou por convite, mais interessadas para a pré-qualificação ao credenciamento, com vistas a aumentar o número de credenciadas.

11.5 – As informações adicionais, se necessárias, serão fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação, sito na Rua Halfeld nº 955, sala nº 106, centro, Juiz de Fora, no horário de 09h às 11h e das 14h às 17h, pelo telefone (0**32) 3313-4702 ou fax (0**32) 3313-6829.

11.6 – Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos deste Edital, as mesmas serão sanadas com fulcro na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e, se submetidas ao Poder Judiciário, prevalecerá o Foro da Comarca de Juiz de Fora/MG.

11.7 – É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase deste Edital, promover diligências conforme disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93.

11.8 – São de exclusiva responsabilidade das credenciadas os ônus e obrigações decorrentes das legislações tributária, previdenciária e trabalhista, inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas.

11.9 – Não serão considerados motivos para descredenciamento simples omissões ou erros materiais nos documentos apresentados, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o seu entendimento e, principalmente, o processamento do credenciamento.

11.10 – Constam na Minuta do Contrato (ANEXO VIII), que é parte integrante deste Edital, as obrigações das partes, a forma de pagamento, o responsável pela fiscalização e as penalidades, dentre outros.

11.11 – São anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante: ANEXO I - PROJETO BÁSICO; ANEXO II - DOS VALORES COBRADOS NO MERCADO; ANEXO III - MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO; ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO; ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS; ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA; ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E; ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO.

Juiz de Fora, 02 de dezembro de 2011.

Mariano Augusto Alonso de Almeida Miranda
Presidente da CPL

Maria Fernandes Pereira
Membro da CPL

Alice de Senna Vitor
Membro da CPL

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 - DO SETOR REQUISITANTE: Coordenadoria de Comunicação Social.

2 - DO OBJETO

2.1 - Credenciamento de Jornais Impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora, para a veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no formato de 1/2 (meia) página, colorida.

2.2 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.2.1 – Os jornais impressos devem ter circulação de, no mínimo, cinco dias na semana.

2.2.2 - Cada edição deve conter, no mínimo, cinco notícias de Juiz de Fora.

2.2.3 - Devem ser distribuídos em Juiz de Fora, gratuitamente ou não.

2.2.4 - A tiragem diária deve ser de, no mínimo, cinco mil exemplares.

2.2.5 – A publicidade deve ser inserida no caderno principal do jornal.

3 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 – Os serviços serão executados durante a vigência do Contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Contratante.

3.2 - As inserções da publicidade institucional serão distribuídas em número igualitário entre os jornais credenciados, totalizando, no mínimo, 03 (três) inserções, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Coordenadoria de Comunicação Social e pelo departamento responsável do jornal, após o credenciamento.

3.2.1 – A arte da publicidade institucional será fornecida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

3.2.2 – Constará no planejamento referido no item 3.2 deste Projeto Básico o número de inserções e dias das veiculações da publicidade institucional, especificados no contrato, após o credenciamento.

3.4 - Para a elaboração do planejamento referido no item 3.2, o jornal deverá apresentar junto com o pedido de credenciamento sua tabela oficial de preços e o comprovante de que o preço está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

4 - DA JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Juiz de Fora trabalha em prol da comunidade. O centro de atenção ao cidadão do Legislativo emite, através de convênios, carteiras de trabalho, carteira de identidade e certidão de nascimento. Também são realizados atendimentos jurídicos e sociais gratuitos. Além disso, há o Sedecom (Serviço de Defesa do Consumidor), também aberto à população.

A participação popular na Câmara é outro fato que merece destaque. Através de audiências públicas, tribuna livre e da Ouvidoria Parlamentar, a comunidade pode emitir sua opinião, dar sugestões, realizar solicitações, reclamações, elogios e críticas, orientando, inclusive, a criação de novas leis.

O trabalho dos vereadores interfere diretamente na vida dos moradores de Juiz de Fora. Por isso, é fundamental ampliar a divulgação do que é realizado na Câmara e o trabalho dos parlamentares.

Em 2011 a Câmara iniciou sua campanha de mídia através de publicidade institucional em emissoras de TV. Para garantir uma ampla divulgação e um maior alcance, torna-se necessário dar continuidade a publicidade, investindo em veiculação em jornais impressos.

O credenciamento de jornais impressos visa disponibilizar o meio necessário para a divulgação dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, mediante a veiculação de publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social, para que um maior número de munícipes possa conhecer e utilizar os serviços oferecidos na sede do Legislativo e, ao mesmo tempo, efetua a prestação de contas dos representantes desta Casa Legislativa e torna possível o exercício da fiscalização sob suas atuações.

A escolha pelo jornal impresso nessa segunda etapa de publicidade levou em conta algumas características peculiares deste veículo de informação:

- perenidade
- o mesmo exemplar pode ser lido por mais de uma pessoa
- núcleo de leitores fixos (assinantes ou no caso de jornal gratuito, público que recebe jornal)
- público-alvo amplo

A abertura de processo de contratação direta por meio de “credenciamento”, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Ato nº 137/2011 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Juiz de Fora, objetiva a criação de uma sintonia de igualdade nas condições de compra dos espaços de comunicação do jornal impresso entre os participantes, possibilitando a contratação de todas as empresas interessadas, atingindo, desta maneira, um maior número de pessoas.

Dentre as várias possibilidades analisadas pela Coordenadoria de Comunicação Social, concluiu-se que o critério de igualdade de número de inserções, tomando-se por base o preço praticado no mercado juiz-forano é o mais certo e justo, por não permitir que ocorra o superfaturamento. Ressalta-se que os valores cobrados no mercado foram previamente levantados pela Coordenadoria de Comunicação Social. Outro critério de igualdade foi adotado como tamanho da publicidade 1/2 (meia) página, seguindo o formato de cada jornal a ser credenciado, visto que, em pesquisa prévia também realizada pela Coordenadoria de Comunicação Social constatou-se que os jornais que se enquadram nos requisitos necessários possuem tamanho de página diferentes. Outro quesito levado em consideração foi a tiragem dos jornais, já que, quanto maior o número de exemplares, maior o valor cobrado para a inserção de publicidade.

Outras alternativas foram estudadas pela Coordenadoria de Comunicação, como adotar um preço médio entre os valores das inserções, tomando como base os jornais impressos que se enquadram nos pré-requisitos para credenciamento. No entanto, o preço médio estimado elevaria o custo de inserção em determinados veículos de comunicação, o que caracterizaria superfaturamento. Além disso, os jornais possuem características diferentes, como tiragem, distribuição e tamanho de página, inviabilizando a adoção de algum outro critério de igualdade, além do já exposto.

Baseado no que dita o Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) das Atividades Publicitárias, que *“os veículos comercializarão seu espaço, seu tempo e seus serviços com base em tabelas de preços de conhecimento público, válidas, indistintamente, tanto para os negócios que os Anunciantes lhes encaminharem diretamente, como para os que lhes encaminharem através das suas Agências”*, concluímos que a melhor maneira de atender ao interesse público, respeitando as normas para o credenciamento, reforçando o princípio de igualdade entre os participantes, é seguir o preço praticado no mercado, conforme discriminado na ANEXO ÚNICO deste Projeto Básico.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O prazo de validade do Edital de Credenciamento regulado por este Projeto Básico será até 31 de dezembro de 2011, contados da data de sua publicação no órgão da imprensa oficial do Poder Legislativo.

5.2 - Na vigência do ato convocatório, a Câmara Municipal receberá pedidos de credenciamento de jornais impressos, cuja observância às exigências constantes neste Projeto Básico, no Ato da Mesa Diretora n. 137/2011 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93, é obrigatória por todas as interessadas.

5.3 - Os envelopes contendo o pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação e entregues no protocolo da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que funciona na Divisão de Expediente, na sala nº 103 do Palácio Barbosa Lima, sede do Poder Legislativo de Juiz de Fora, situado na Rua Halfeld, nº 955, centro, nesta cidade, ou remetidos para o mesmo endereço, pelo correio, com o devido aviso de recebimento – “AR”.

5.4 - O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da própria requerente, devidamente datilografado ou digitado sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação solicitados no item 6 deste Edital e contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas:

- a) dados da requerente: razão social, (e de fantasia, se houver), CNPJ, endereço, fone, fax, celular e e-mail.
- b) declaração de que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução do serviço.

c) tabela de preços.

5.5 - Estarão credenciadas a realizar os serviços, as empresas que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

5.6 - Será fornecido à proponente um comprovante, para fins de protocolo, de recebimento do pedido de credenciamento.

5.7 - O pedido de credenciamento ou os documentos de pré-qualificação apresentados incompletos, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Projeto Básico, serão considerados ineptos e devolvidos às interessadas, caso não seja passível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência do Edital, após corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal.

5.8 - A apresentação do pedido de credenciamento vincula a interessada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste Projeto Básico e de seu anexo.

5.9 - Não poderá participar direta ou indiretamente deste procedimento os legalmente impedidos por força do que determina o art. 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6 – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1 – O prazo de vigência do credenciamento será até 31 de dezembro de 2011.

7 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

7.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária nº 01.131.0026.2229.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

8 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - O valor global estimado da contratação é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da Câmara, creditado em favor da Licitante Vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/ fatura, junto à Divisão de Expediente da Câmara e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pela Diretoria Administrativa, responsável pela fiscalização do Contrato:

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE: _____
LOCALIDADE: _____

9.2 - Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/ fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, bem como do Atestado de Fiscalização do objeto emitido pela Câmara por meio do fiscalizador designado.

9.3 - No caso da não apresentação da documentação de que trata o **item 9.2** ou da prestação dos serviços estar em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica a Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Credenciada, das penalidades previstas neste Projeto Básico.

9.4 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

10 - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

10.1 - A execução da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria de Comunicação Social, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

11.1 - Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

11.2 - Fornecer toda a mão-de-obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

11.3 - Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

11.4 - Assistir à Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

11.5 - Garantir o cumprimento do Contrato, executando o seu objeto conforme estabelecido.

11.6 - Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

11.7 - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

11.8 - Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Câmara Municipal ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

12.1 - Proporcionar à Credenciada condições para a fiel execução do objeto contratado.

12.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Credenciada.

12.3 - Notificar a Credenciada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

12.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada.

12.5 - Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

12.6 - Efetuar o pagamento à Credenciada no prazo e condições estipuladas no **item 9.1** deste Projeto Básico.

13 - DAS PENALIDADES

13.1 - O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da Credenciada, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas no **item 13.2** deste Projeto Básico.

13.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

a) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;

b) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da Contratação, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese da Credenciada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

13.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Câmara Municipal ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Credenciada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

13.4 - A inexecução total da contratação importará à CREDENCIADA a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

13.5 - A execução dos serviços fora das características originais também ocasionará a incidência da multa prevista no **item 13.2**, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá a não execução do serviço.

13.6 - As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.7 - As penalidades previstas neste Projeto Básico poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, se entender a justificativa apresentada pela Credenciada como relevante.

14 – DO DESCREDENCIAMENTO

14.1 - O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas neste Projeto Básico, ensejará, dependendo da gravidade ou dano acarretado à Câmara Municipal de Juiz de Fora, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, a sua imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), sem prejuízo de aplicação das demais sanções administrativas e civis previstas neste Projeto Básico e na legislação aplicável ao caso.

15 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

15.2 - A rescisão da contratação poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

Juiz de Fora, 24 de novembro de 2011

BRUNA RIBEIRO BARBOSA
Coordenadora de Comunicação Social

Aprovo o presente Projeto Básico:

CARLOS BONIFÁCIO
Presidente da Câmara Municipal

ANEXO II

DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DO VALOR DAS INSERÇÕES

Orçamento total estimado para o credenciamento de jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora, para a veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no formato de 1/2 (meia) página, colorida, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e deste Edital.

R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

A Câmara Municipal se reserva o direito de, a seu exclusivo juízo, utilizar ou não a totalidade da verba prevista para a execução dos serviços.

Segue planilha que expressa detalhadamente o valor máximo a ser pago pelas inserções no formato de 1/2 (meia) página, colorida, nos termos do levantamento realizado pela Coordenadoria de Comunicação Social e pela Divisão de Compras, valores estes que serão praticados durante a vigência do credenciamento:

01) Para Jornal com formato de página acima de 24 cm x 50 cm, com tiragem superior a 10 mil exemplares:

Publicidade 1/2 de página
Dia útil: R\$6.190,70
Domingo: R\$7.424,35

02) Para Jornal com formato de página acima de 24 cm x 50 cm, com tiragem diária entre 5 e 10 mil exemplares:

Publicidade 1/2 página
Dia útil: R\$2.828,59
Domingo: R\$3.397,68

03) Para Jornal com formato de página inferior a 30 cm x 37 cm, com tiragem diária entre 5 e 10 mil exemplares:

Publicidade 1/2 de página
Dia útil: R\$1.920,00

ANEXO III

MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

À Câmara Municipal de Juiz de Fora
Comissão Permanente de Licitação
Ref.: PEDIDO DE CREDENCIAMENTO - Edital de Credenciamento nº 02/2011

O Jornal Impresso _____ (razão social e de fantasia, se houver), CNPJ nº _____, com sede em _____, fone _____, fax _____, celular _____ e e-mail _____, após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresenta o pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no citado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente, declarando que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução dos serviços ora propostos.

Informa que o pedido ora formulado abrange os serviços discriminados no Edital convocatório.

Compromete-se a fornecer à Câmara Municipal de Juiz de Fora quaisquer informações ou documentos eventualmente solicitados e informar toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

Declara estar ciente de que, a qualquer momento, a Câmara Municipal poderá cancelar o credenciamento, sem qualquer direito à indenização e que não há obrigatoriedade de contratação.

Enfim, declara ciente de que a contratação dos serviços constantes do Edital não gera qualquer tipo de vínculo empregatício dos profissionais desta empresa com a Câmara Municipal, razão pela qual, arcaremos com todas as despesas de natureza previdenciária e trabalhista ou de eventuais demandas trabalhistas relativas aos profissionais selecionados para atendimento do presente credenciamento, inclusive com relação aos demais encargos incidentes sobre a prestação do serviço.

(Local), ____ de ____ de 2011.

(Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação e assinatura do representante legal da Editora de Jornal Impresso)

(CPF da pessoa física ou Razão Social e CNPJ/MF do Jornal Impresso)

(Endereço / endereço eletrônico).

Conta Bancária: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____

-

ANEXO IV

-

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

-

A signatária, para fins de participação no Credenciamento nº 02/2011, realizado junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora, declara, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes que impossibilitem a sua habilitação no credenciamento, já que continuam satisfeitas as exigências contidas no art. 27 da Lei 8.666/93.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firma a presente.

_____, de ___ de _____ de 2011.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)

-
-
-

OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO V

-
-
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

-
-

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____, participante do Credenciamento nº 02/2011, realizado pela Câmara Municipal, Processo nº 768/2011, manterá, em Juiz de Fora, durante a vigência contratual, instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto do Credenciamento.

_____, ____ de _____ de 2011.

(representante legal)

-
-
-
-
-

OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VI

-
-
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR
PESSOA JURÍDICA**

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz e, não emprega menor de quatorze anos em qualquer condição.

Declara, ainda, empregar menores de quatorze a dezesseis anos na condição de aprendiz.

.....
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

(Observação: somente inserir o segundo parágrafo se o mesmo corresponder à realidade da credenciada)

-
-
OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A empresa abaixo identificada, participante do Credenciamento nº 02/2011, realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, Processo nº 768/2011, vem, através de seu(s) representante(s), perante a Comissão Permanente de Licitação, declarar, na forma e sob pena da Lei Federal nº 8.666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão que julgou os documentos de Credenciamento, **RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE** ao direito de recurso e ao prazo respectivo, concordando, em consequência, com o curso do procedimento de contratação.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2011.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA E A EMPRESA _____.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora, sediada na Rua Halfeld nº 955, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, Vereador _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº _____, portador da Cédula de identidade nº _____, expedida pela _____, residente e domiciliado nesta cidade _____, que este subscreve, e a empresa _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____, residente e domiciliado na Rua _____, bairro _____, nesta cidade, que a este subscreve, precedido do procedimento de Credenciamento nº 02/2011, Processo nº 768/2011, firmam o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e do Ato nº 137, de 02 de agosto de 2011, de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviços de veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no formato de 1/2 (meia) página, colorida, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Contrato.

1.1.1 – A arte final da peça institucional a ser veiculada será fornecida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 – A publicidade institucional deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia elaborado pela Coordenadoria de Comunicação Social da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 – Os serviços serão executados durante a vigência do Contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Contratante.

3.2 - As inserções da publicidade institucional serão distribuídas em número igualitário entre os jornais credenciados, totalizando, no mínimo, 03 (três) inserções, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Coordenadoria de Comunicação Social e pelo departamento responsável do jornal, após o credenciamento.

3.2.1 – A arte da publicidade institucional será fornecida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

3.2.2 – Constará no planejamento referido no **item 3.2** deste Projeto Básico o número de inserções e dias das veiculações da publicidade institucional, especificados no contrato, após o credenciamento.

3.4 - Para a elaboração do planejamento referido no **item 3.2**, o jornal deverá apresentar junto com o pedido de credenciamento sua tabela oficial de preços e o comprovante de que o preço está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

4.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- O Edital de Credenciamento nº 02/2011 e seus anexos.
- O Pedido de Credenciamento do Jornal Impresso CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Pelo objeto contratado a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ _____ (_____), observados os valores unitários e totais abaixo estabelecidos:

5.2 – Os valores referidos no **item 5.1** são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos nos mesmos todas as demais despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária nº 01.131.0026.2229.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

5.4 - O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da Câmara, creditado em favor da Licitante Vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/ fatura, junto à Divisão de Expediente da Câmara e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pela Diretoria Administrativa, responsável pela fiscalização do Contrato:

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE: _____
LOCALIDADE: _____

5.5 – Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/ fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, bem como do Atestado de Fiscalização do objeto emitido pela Câmara por meio do fiscalizador designado.

5.6 – No caso da não apresentação da documentação de que trata o **item 5.5** ou da prestação dos serviços estarem em desacordo com as especificações e demais exigências previstas neste Contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à CONTRATADA, das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

5.7 – Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.8 – O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejam o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.9 – A Coordenadoria de Comunicação Social, fiscalizadora do objeto do contrato, terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para realizar a verificação da nota fiscal/ fatura apresentada e proceder à sua aceitação por meio do correspondente Atestado de Fiscalização.

5.10 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

5.11 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal/ fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.12 - A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Contrato.

5.13 – Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de quaisquer naturezas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

5.14 – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreção, serão devolvidos, e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da fatura/ nota fiscal.

5.15 – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculada através das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

5.16 - Para a hipótese definida no **item 5.15** a CONTRATADA fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de fatura em atraso, por inadimplemento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 – A vigência do Contrato iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

7.2 – Fornecer toda a mão-de-obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

7.3 – Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

7.4 – Assistir à Coordenadoria de Comunicação Social da CONTRATANTE em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

7.5 – Executar o objeto deste Contrato dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

7.6 – Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

7.7 – Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

7.8 – Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Proporcionar à CONTRATADA condições para a fiel execução do objeto contratado.

8.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

8.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

8.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.5 - Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

8.6 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estipuladas no item 5.4 deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 – Este Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão e, especialmente nos casos omissos, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores, pelas disposições deste Contrato e pelos preceitos do Direito Público.

9.2 - O Contrato poderá, com base nos preceitos de Direito Público, ser rescindido pela CONTRATANTE, a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, não cabendo à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

9.3 – Das condições de execução

9.3.1 - O objeto deste Contrato deverá ser executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

9.3.2 - A CONTRATANTE poderá suspender, quando julgar conveniente, a execução total ou parcial dos serviços, comunicando previamente à CONTRATADA.

9.3.3 - A CONTRATADA deverá indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, um representante com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao objeto deste Contrato.

9.3.4 - O representante deverá possuir o conhecimento e a capacidade necessários para responder pela CONTRATADA, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com o objeto contratual.

9.3.5 - Para fins de comunicação com o seu representante a CONTRATADA informará à CONTRATANTE número de telefone ou outro meio de contato igualmente eficaz.

9.4 - Da alteração do Contrato:

9.4.1 – O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, apresentadas as devidas justificativas.

9.5 - Da inexecução e rescisão do Contrato:

9.5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) por acordo entre as partes, reduzido a termo;

c) na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.5.2 – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.5.3 - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE responderá pelo preço dos serviços estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato, devido em face dos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

9.5.4. Além das hipóteses anteriores, poderá a **CONTRATANTE** rescindir o Contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, recuperação judicial, dissolução, insolvência da **CONTRATADA** e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 – O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da CONTRATADA, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas no item 10.2 deste Contrato.

10.2 – Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

a) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

b) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela CONTRATANTE ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

10.4 – A inexecução total do Contrato importará à CONTRATADA a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

10.5 – A execução dos serviços em desacordo com as especificações previstas neste Contrato também ocasionará a incidência da multa prevista no item 10.2, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá à inexecução do serviço.

10.6 – As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.7 - O pagamento das multas aplicadas não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força do Contrato.

10.8 - As penalidades previstas no Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

12.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria de Comunicação Social, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.2 - Ao fiscalizador da CONTRATANTE é assegurado o direito de realizar visitas de avaliações nas instalações da CONTRATADA e checar a eficiência dos serviços prestados pelos credenciados como finalidade de acompanhar a fiel execução deste contrato.

12.3 - O acompanhamento e a fiscalização de que trata o item 12.1 não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

12.4 - A CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, atestará a execução dos serviços nas condições exigidas, através do correspondente Atestado de Fiscalização do objeto emitido pela Coordenadoria de Comunicação Social, por meio do fiscalizador designado.

12.5 - O recebimento definitivo do objeto da contratação somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

12.6 – A CONTRATANTE se reserva no direito de recusar os serviços executados que não atenderem às especificações estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do disposto nos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93.

13.2 - Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

13.3 - Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, em operações financeiras ou como caução/ garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

13.4 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

13.5 - A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

13.6 - A CONTRATANTE, conquanto caiba à CONTRATADA supervisionar os serviços levados a efeito por seus funcionários, exercerá constantemente acompanhamento da prestação dos serviços, feito este que não exime ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento das suas obrigações.

13.7 - A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.8 - Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor, todas as cláusulas deste Contrato e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

13.9 - Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

13.10 - A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

13.11 - A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

13.12 - Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

13.13 - A inobservância dos prazos estipulados neste Contrato ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Juiz de Fora, Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente Contrato que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento das partes Contratantes.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para todos os efeitos legais e de direito.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2011.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CPF:

CPF: